

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 261

Período: 11/08/07 a 17/08/07

GEDES – Brasil

- 1- Míssil produzido por Brasil e África do Sul será testado em 2009
- 2- Cinco controladores de voo militares são denunciados por motim
- 3- Moradores da Ilha de Marambaia reivindicam terras da Marinha
- 4- Novo ministro da Defesa causa boa impressão ao governo Lula
- 5- Aeronáutica se defende da suspeita de furto em resgate do acidente da GOL
- 6- Brasil quer apoio dos Estados Unidos para lançamento de satélite

1- Míssil produzido por Brasil e África do Sul será testado em 2009

De acordo com jornal *O Estado de S.Paulo*, está previsto para 2009 o teste do míssil A-Darter, fabricado em parceria entre África do Sul e Brasil, adiantando dois anos do que havia sido estabelecido no projeto inicial, que tem o custo de 100 milhões de dólares, sendo que 52 milhões já se encontram com a Aeronáutica. O míssil possui interceptadores de médio alcance, é compacto e o radar de bordo da aeronave pode guiá-lo. É constituído de sensores de busca e percebe o calor que um outro avião emana, possuindo versatilidade para impedir que outro avião possa desviá-lo. O míssil poderá ser colocado em oferta no mercado internacional e em 2015 poderá ser usado pelas forças aéreas da África do Sul e do Brasil, neste caso no caça F-5M, no subsônico AMX e no turboélice Super Tucano. (Estado de S.Paulo – Nacional – 11/08/07).

2- Cinco controladores de voo militares são denunciados por fazerem motim

De acordo com o jornal *O Estado de S.Paulo*, seis controladores de voo, entre eles cinco militares, foram denunciados por terem feito um motim no centro de controle de Brasília, o Cindacta-1, que acabou causando atraso de vários vôos no país no dia 30/03/07. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Militar (MPM) à Justiça Militar. Caso seja comprovada essa denúncia, poderá ocorrer a expulsão de tais militares da Força Aérea Brasileira (FAB). Porém, o pedido de prisão não foi feito por parte do MPM. Segundo a denúncia, houve uma ordem para que os controladores não autorizassem a saída de todos os aviões, descumprindo com o modelo operacional, fato que causou a situação em que as aeronaves não pudessem decolar e, além disso, os controladores não cumpriram uma ordem feita pelo comandante do Cindacta-1. A denúncia ainda acusa os controladores de não terem participado de uma reunião com seus superiores no mesmo dia, e da decisão de só saírem da sala caso dialogassem com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef. O motim acabou quando o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi resolver a situação com os líderes do grupo que se rebelava. Com a proposta de não punir os militares envolvidos e de desmilitarizar o setor, a rebelião acabou. Contudo, essas propostas não seguiram adiante no decorrer dos dias. A juíza militar possui um prazo de 15 dias para avaliar sua decisão. O advogado dos controladores afirmou que no momento irá esperar a decisão sobre esse caso,

alertando que se seus clientes forem acusados irá solicitar a descaracterização dos crimes de motim e incitamento. Afirmou, também, que a FAB pediu para enquadrar a diretoria da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA), não conseguindo êxito. Haverá uma reunião entre os controladores para saberem o que poderá acontecer e que medidas estão ao seu alcance. Conforme os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, sete controladores de vôo foram presos no dia 14/08/07 por determinação da Justiça Militar no Amazonas. Os controladores do Cindacta-4, em Manaus, foram acusados por participarem no motim de 30/03/07, além de indisciplina, incitamento a desobediência e também por revelarem fatos à imprensa que levam as Forças Armadas ao descrédito. Cinco dos acusados permanecem detidos na Base Aérea de Manaus e em quartéis do Exército. Segundo o juiz José Barroso Filho, que declarou a sentença, a prisão é por tempo indeterminado. Entretanto, de acordo com o advogado da Defensoria Pública da União, João Thimas Luchsinger, não há necessidade de manter os controladores em cárcere, uma vez que eles possuem residência fixa e estavam cumprindo normalmente seus trabalhos no Cindacta-4. (Folha de S.Paulo – Cotidiano – 11/08/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/08/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 17/08/07; Jornal do Brasil – País – 11/08/07; O Estado de S.Paulo – Metrópole – 11/08/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/08/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/08/07; O Globo – O País - 11/08/07; O Globo – O País – 16/08/07;).

3- Moradores da Ilha de Marambaia reivindicam terras da Marinha

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S.Paulo*, cerca de 106 mil hectares da chamada Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro, estão sendo reivindicados por descendentes de negros escravos que, no século XIX, pertenciam ao Comendado José Joaquim de Souza Breves. A área atualmente pertence à Marinha brasileira, mas pautados no artigo da Constituição Federal que permite a legalização das terras remanescentes de quilombos, as famílias reivindicam quase um terço da propriedade da Marinha, que vem resistindo com ações judiciais. A União cedeu as terras aos militares em 1971 e hoje, 340 militares vivem com suas famílias no local. A ilha fica em um ponto estratégico da região pela proximidade com as usinas nucleares de Angra dos Reis, usinas siderúrgicas e portos de minério. A possibilidade de utilizar o canal com profundidade suficiente para servir a futuros submarinos com reatores nucleares também é uma preocupação dos militares. Na década de 1990, quando os moradores quiseram construir novas casas no local e foram impedidos, Organizações Não Governamentais (ONGs) auxiliaram no processo de organização dos moradores para a criação de uma associação. Segundo militares, estas ONGs são ligadas a igrejas protestantes da Europa e do Canadá e estariam intervindo em assuntos nacionais ao apoiar a comunidade contra a Marinha. Através da Casa Civil tenta-se um acordo entre civis e militares. (O Estado de S.Paulo - Nacional – 12/08/07).

4- Novo ministro da Defesa causa boa impressão ao governo Lula

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo* divulgaram que as atitudes do ministro da Defesa, Nelson Jobim, neste início de sua atuação foram positivas. Nomeado em um momento complicado de caos aéreo, Jobim, com uma política centralizadora, alterou a direção da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e pretende também modificar direção da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o que ainda não fez devido a impedimentos legais. O novo presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi, afirmou que não dará espaço a cargos por apadrinhamento e demitirá 100 funcionários não concursados da empresa. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Jobim afirmou que planeja um sistema em que a Anac perderá qualquer poder de formular políticas aéreas e que apenas cumprirá diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac). O ministro também afirmou que a prioridade da Defesa é a Amazônia: narcotráfico, biopirataria e desgastes ambientais na área. Jobim quer antecipar as reformas no aeroporto de Cumbica para não comprometer o período de férias em dezembro. No dia 13/08/07, o ministro da Defesa se reuniu com as empresas aéreas para discutir a reformulação da malha aérea sem a presença da Anac e teve como prerrogativa a exigência de que as empresas não discutissem a decisão de tornar Congonhas um aeroporto de vôos ponto a ponto, e não mais para escalas e conexões. Gaudenzi cogitou a possibilidade de privatizar os aeroportos brasileiros, mas alertou para o fato de que dos 67 aeroportos controlados pela Infraero, apenas 10 são rentáveis, o que dificultaria o interesse privado. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 15/08/07, afirmou seu total apoio às decisões do novo ministro da Defesa e alertou que as mudanças necessárias para a total superação da crise no setor aéreo demandam tempo. Admitiu também que planeja alterações na Anac, apesar de reconhecer a existência de entraves na legislação. Lula ainda afirmou que o Ministério da Defesa estudará a melhor maneira de realizar as mudanças necessárias no setor aéreo, demonstrando satisfação com a atuação de Jobim. (*Folha de S.Paulo* – Brasil - 12/08/07; *Folha de S.Paulo* – Cotidiano- 12/08/07; *Folha de S.Paulo* – Cotidiano- 13/08/07; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 16/08/07; *Jornal do Brasil* – País – 12/08/07; *Jornal do Brasil* – País – 14/08/07; *O Estado de S.Paulo* – Metrópole – 12/08/07; *O Estado de S.Paulo* – Metrópole – 13/08/07; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 16/08/07; *O Globo* – O País – 12/08/07; *O Globo* – O País – 13/08/07; *O Globo* – O País – 14/08/07; *O Globo* – O País – 16/08/07).

5- Aeronáutica se defende da suspeita de furto em resgate do acidente com avião da Gol

De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, durante uma das sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Apagão Aéreo, familiares das vítimas do acidente que envolveu um avião da companhia aérea Gol no ano de 2006 e Aeronáutica entraram em desacordo sobre a responsabilidade do suposto desaparecimento de objetos pessoais das vítimas do acidente. Em defesa da Força Aérea Brasileira (FAB) o brigadeiro Jorge Kersul, chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), afirmou que todas as pessoas que foram ao local do acidente podem ser responsáveis pelo

desaparecimento dos objetos, inclusive os próprios parentes. Angelita Rossiler de Marchi, presidente da associação de familiares, não acusa a FAB de roubo, mas solicita a investigação do que possa ter ocorrido com os pertences das vítimas do acidente, sendo que alguns documentos das vítimas foram utilizados em compras posteriores ao acidente. Kersul também lembrou o fato de que dos 4712 kg de cargas que estavam presentes no avião, a FAB conseguiu resgatar apenas 1650 kg, e que os outros materiais podem estar nas redondezas do acidente (Folha de S.Paulo – Cotidiano – 15/08/2007; Jornal do Brasil – O País - 15/08/2007; O Estado de S.Paulo – Metrópole – 15/08/2007; O Globo – O País - 15/08/2007).

6- Brasil quer apoio dos Estados Unidos para lançamento de satélite

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, recebeu o coordenador de Política Internacional de Comunicações e Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos, David Gross, para negociar o apoio norte-americano para o lançamento de um satélite geostacionário. Segundo o ministro, a parceria seria fundamental para resolver o problema da transmissão de dados das Forças Armadas, que atualmente é feita por meio de satélite pertencente ao grupo mexicano Telmex, a um custo de R\$ 12 milhões ao ano. De acordo com o *Estado*, a colocação do satélite em órbita é uma questão estratégica, afetando diretamente o aspecto da segurança nacional. Além disso, o governo brasileiro pretende utilizar o satélite nas áreas de educação e transmissão de sinais de rádio e televisão. No entanto, o governo foi informado de que a Colômbia reivindica a mesma posição orbital que ocuparia o satélite brasileiro, e possui preferência na ocupação, desde que lance o satélite até setembro. Em contrapartida ao apoio para o lançamento do satélite brasileiro, o governo endossaria um projeto norte-americano de banda larga via satélite na África, semelhante ao modelo que foi implantado no Brasil, que leva internet a escolas públicas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/08/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).